



A ESCOLA COMO ESPAÇO DE TRANSFORMAÇÃO: EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

Emilly Lohane Ferreira Pereira¹
Isadora Oliveira da Luz Blam²
Katharine Pacheco Majer³
Luisa Elena Ramos⁴

Resumo: Este artigo aborda a Educação em Direitos Humanos para crianças e adolescentes como estratégia de enfrentamento à violência no ambiente escolar. O objetivo principal é analisar o papel da escola na formação ética, moral e cidadã dos estudantes, promovendo o respeito à diversidade, a empatia e a cultura de paz. A pesquisa, de natureza qualitativa, adota os métodos bibliográficos e documentais. Parte-se do pressuposto de que práticas pedagógicas fundamentadas nos direitos humanos podem contribuir para transformar o ambiente escolar em um espaço seguro, democrático e inclusivo. A relevância do estudo justifica-se pela necessidade de combater a violência nas escolas e de fomentar valores que sustentem uma sociedade mais justa e equitativa

Palavras-chave: Direitos Humanos; Educação; Escola; Criança; Adolescente

Abstract: This article addresses Human Rights Education for children and adolescents as a strategy to combat violence in the school environment. Its main objective is to analyze the role of schools in fostering students' ethical, moral, and civic development by promoting respect for diversity, empathy, and a culture of peace. The qualitative research adopts bibliographic and documentary methods. The study is based on the assumption that pedagogical practices grounded in human rights can help transform schools into safe, democratic, and inclusive spaces. Its relevance lies in the urgent need to address school violence and to promote values that support a fairer and more equitable society.

Key-words: Human Rights; Education; School; Child; Adolescent.



1. INTRODUÇÃO

A violência no ambiente escolar é uma realidade preocupante que compromete diretamente a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, interferindo no desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Situações como bullying, discriminação e agressões verbais ou físicas tornam o espaço escolar hostil, afetando o rendimento acadêmico, a saúde emocional e o senso de pertencimento dos estudantes. Este tema justifica-se por três dimensões interligadas. Em termos pessoais, a vivência de situações concretas e o contato com a realidade de escolas públicas e privadas revelam o quanto a violência, mesmo em suas formas sutis, está presente no cotidiano dos alunos. Do ponto de vista acadêmico, há a necessidade de ampliar as discussões sobre o papel da escola como espaço de formação cidadã, comprometida com valores como empatia, respeito e justiça social. Já na dimensão jurídica, a legislação brasileira estabelece a educação como um direito fundamental e a escola como ambiente de proteção, o que reforça a responsabilidade das instituições educacionais na construção de um ambiente seguro, inclusivo e livre de violências.

Nesse contexto, a Educação em Direitos Humanos (EDH) apresenta-se como uma proposta pedagógica que visa fortalecer a convivência ética, o diálogo e a valorização da diversidade, contribuindo de forma efetiva para a prevenção de práticas violentas. Ao ser incorporada ao cotidiano escolar, a EDH permite o desenvolvimento de relações mais respeitadas e conscientes, promovendo a cultura de paz e o reconhecimento dos direitos e deveres de cada sujeito. Este estudo tem como **objetivo geral** analisar de que maneira a Educação em Direitos Humanos pode contribuir para a prevenção da violência nas escolas. Para isso, foram definidos os seguintes **objetivos específicos**: Identificar as formas mais frequentes de violência no ambiente escolar. Compreender o papel da escola na formação ética e cidadã dos estudantes, investigar práticas pedagógicas que estimulem o respeito, a empatia e o diálogo como formas de enfrentamento à violência, refletir sobre estratégias que favoreçam a construção de um ambiente escolar seguro, acolhedor e inclusivo.

EPIC 2025

XII ENCONTRO DE PESQUISA, XVI ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E
II ENCONTRO DE ENSINO E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



A questão norteadora que orienta este trabalho é: de que forma a Educação em Direitos Humanos pode ser instrumento eficaz na prevenção da violência escolar?

A relevância da pesquisa reside na necessidade urgente de transformar a escola em um espaço verdadeiramente democrático, no qual todos os sujeitos sejam respeitados e tenham seus direitos assegurados. Promover a Educação em Direitos Humanos é contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e consciente de seu papel na prevenção da violência desde a infância.



EPIC 2025

XII ENCONTRO DE PESQUISA, XVI ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E
II ENCONTRO DE ENSINO E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



2. DESENVOLVIMENTO

2.1 A Educação como Direito Social e a Escola como Espaço Protetivo de Direitos

A Constituição Federal de 1988 reconhece a educação como um direito social fundamental, sendo dever do Estado garanti-la de forma universal, gratuita e com qualidade. A partir desse marco legal, a escola passa a ser compreendida como uma instituição estratégica para a efetivação dos direitos humanos, especialmente no que diz respeito à proteção integral de crianças e adolescentes, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990). O artigo 53 do ECA é claro ao estabelecer que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho. Tal previsão reforça a função da escola como ambiente de proteção, formação e inclusão social. Contudo, para que essa proteção se concretize no cotidiano escolar, faz-se necessário superar a visão reducionista da escola como mero espaço de ensino de conteúdos curriculares. A instituição escolar deve ser concebida como um ambiente de acolhimento, escuta ativa, construção de vínculos e desenvolvimento integral dos sujeitos. Paulo Freire (1996, p. 45) afirma:

“Educar é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa.”

Apesar dessa perspectiva avançada, observa-se que muitas escolas ainda operam sob uma lógica meritocrática, centrada em desempenho e resultados mensuráveis, o que, na prática, contribui para a exclusão de estudantes que enfrentam maiores desafios. Tal lógica, reprodutora de desigualdades, ignora os diferentes pontos de partida dos educandos e reforça processos de exclusão social, contrariando os princípios de justiça e equidade que deveriam orientar a educação pública. Assim, uma escola verdadeiramente comprometida com a proteção e a transformação social deve romper com essa lógica e adotar uma abordagem pedagógica inclusiva, equitativa e participativa.



EPIC 2025

XII ENCONTRO DE PESQUISA, XVI ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E
II ENCONTRO DE ENSINO E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), instituída pela Resolução CNE/CP nº 2/2017, reforça tal compromisso ao estabelecer, entre as competências gerais da educação básica, a valorização da diversidade, a empatia, o respeito aos direitos humanos, a responsabilidade e o exercício da cidadania. A BNCC orienta que a escola deve formar sujeitos ativos na construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, alinhando-se, assim, aos fundamentos da Educação em Direitos Humanos. Conforme está expresso no documento:

“A BNCC está comprometida com a formação humana integral e com a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (BRASIL, 2017, p. 7).

Para que tais objetivos sejam alcançados, é imprescindível que a escola incorpore cinco princípios fundamentais: **totalidade**, **disponibilidade**, **acessibilidade**, **aceitabilidade** e **adaptabilidade**. O princípio da totalidade exige que o estudante seja reconhecido como um ser integral, cujas dimensões cognitivas, emocionais e sociais se inter-relacionam. A disponibilidade refere-se à obrigação de garantir o acesso à escola com infraestrutura apropriada e ambiente seguro. A acessibilidade implica assegurar que todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, socioeconômicas ou culturais, tenham efetivado o direito à aprendizagem. A aceitabilidade demanda uma prática educacional que respeite e valorize a diversidade, reconhecendo distintas culturas, identidades e formas de existência. Por sua vez, a adaptabilidade diz respeito à capacidade da escola em ajustar suas práticas pedagógicas à realidade concreta dos estudantes e de suas comunidades.

Nesse processo de consolidação da EDH, destaca-se a importância do **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH)**, instituído em 2006 como política pública intersetorial. O plano propõe diretrizes e ações para a implementação da EDH em todos os níveis e modalidades de ensino, reconhecendo a escola como um espaço privilegiado para a formação cidadã, para a construção de uma cultura de paz e para o fortalecimento da democracia. Segundo o documento:

“A EDH deve ser entendida como processo sistemático e multidimensional, orientado para a formação de uma consciência comprometida com os valores da dignidade humana” (BRASIL, 2006, p. 25).



A Educação em Direitos Humanos, conforme proposta pelo PNEDH e reafirmada pela BNCC, não deve ser tratada apenas como conteúdo específico, mas sim como um princípio orientador transversal, que permeia todas as dimensões da vida escolar. Isso implica fomentar a formação de sujeitos comprometidos com a justiça social, a equidade e a transformação das estruturas sociais. Tal abordagem está em consonância com a proposta freireana de uma educação humanizadora, que reconhece os saberes prévios dos educandos e acredita em sua capacidade de agir sobre a realidade.

Dessa forma, a escola deixa de exercer exclusivamente a função de transmissora de conhecimentos para assumir um papel social ativo e transformador, comprometido com a formação de cidadãos críticos, autônomos e engajados. Para tanto, é indispensável o envolvimento de todos os atores sociais: profissionais da educação, o Estado, a família e a sociedade civil. Essa articulação é fundamental para a consolidação de uma educação pública de qualidade, equitativa e promotora de direitos humanos. Pensar a escola como espaço de proteção e transformação significa, portanto, assumir um compromisso ético e político com uma prática educativa fundamentada nos valores democráticos, nos direitos humanos e na superação das desigualdades históricas. Quando alicerçada nesses princípios e guiada pelas diretrizes da BNCC e do PNEDH, a escola se configura como um agente legítimo de mudança, capaz de promover inclusão, cidadania e dignidade para todos.

2.2 Relato da Intervenção Escolar Realizada no Colégio Dom Pedro I

No dia 02 de junho de 2025 (segunda-feira), duas acadêmicas integrantes do projeto de extensão se dirigiram ao Colégio Dom Pedro I com o intuito de aplicar uma atividade interventiva previamente desenvolvida no âmbito do projeto. A ação teve como objetivo principal promover a conscientização dos estudantes acerca dos direitos da criança e das formas adequadas de enfrentamento ao bullying e à violência no ambiente escolar. Inicialmente, foi realizada uma breve introdução ao tema, na qual se explicaram, de forma didática e adaptada à faixa etária dos alunos (10 a 11 anos), os principais direitos garantidos às crianças, bem como os canais e estratégias



EPIC 2025

XII ENCONTRO DE PESQUISA, XVI ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E
II ENCONTRO DE ENSINO E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



disponíveis para relatar situações de bullying ou violência vivenciadas ou presenciadas no contexto escolar. Na sequência, a psicóloga Ana Carolina Pitwak CRP 08/37753, conduziu uma dinâmica intitulada “A folha”, cujo propósito foi sensibilizar os alunos quanto aos impactos emocionais das agressões verbais e físicas. A atividade foi seguida de uma palestra ministrada pela psicóloga, que abordou de forma interativa e acessível os aspectos psicológicos do bullying e as implicações sociais dessa prática.

A palestra despertou o interesse dos alunos, que participaram ativamente, realizando perguntas pertinentes ao tema tratado. Posteriormente, foi proposta uma segunda atividade prática, coordenada pelas acadêmicas. Nesta etapa, os alunos foram convidados a expressar, por meio de desenhos e frases, suas impressões e aprendizados a respeito da palestra e da roda de conversa realizada. Essa atividade teve como objetivo promover a reflexão individual e estimular a expressão criativa dos estudantes sobre o tema discutido.

A intervenção foi avaliada como positiva tanto pelo engajamento dos alunos quanto pela receptividade da equipe pedagógica da instituição que até mesmo solicitou que a palestra fosse reaplicada para os alunos do período matutino, evidenciando a relevância de ações educativas interdisciplinares voltadas à promoção de um ambiente escolar mais seguro, acolhedor e livre de violências.



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da escola como espaço de formação para a cidadania e os direitos humanos evidencia sua relevância estratégica na consolidação de uma sociedade democrática, inclusiva e equitativa. A legislação educacional brasileira, aliada aos fundamentos da BNCC e do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), oferece bases sólidas para o desenvolvimento de práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social e com o respeito à diversidade. Contudo, a efetivação desses princípios depende do rompimento com modelos educacionais excludentes e da adoção de práticas que valorizem a totalidade dos sujeitos. A escola deve deixar de ser um ambiente exclusivamente técnico e instrucional para tornar-se um espaço de diálogo, escuta e construção coletiva do saber, capaz de reconhecer as especificidades e os contextos dos estudantes. A Educação em Direitos Humanos, ao ser incorporada como eixo transversal das ações escolares, possibilita a formação de cidadãos críticos e conscientes de seus papéis na sociedade. Essa missão exige o envolvimento de todos os agentes sociais, educadores, gestores, famílias, Estado e comunidade. Em uma atuação articulada, contínua e fundamentada em valores éticos e democráticos.

Dessa forma, reafirma-se que a escola não apenas prepara indivíduos para o mundo do trabalho, mas forma sujeitos de direitos, protagonistas de suas realidades e agentes de transformação social. Investir em uma educação comprometida com os direitos humanos é investir no presente e no futuro de uma sociedade mais justa, solidária e humana.



5. AGRADECIMENTOS

Agradeço à **UNIFATEB – Centro Universitário de Telêmaco Borba**, pela formação acadêmica de excelência e pelo incentivo à produção científica.

À **Escola Dom Pedro I**, pela acolhida e disponibilidade em viabilizar a realização da palestra, contribuindo de forma significativa para o aprofundamento prático desta pesquisa.

À **Professora Letícia Gioia Diniz**, pela orientação precisa, apoio constante, incentivo à pesquisa e pelas contribuições relevantes durante todas as etapas do desenvolvimento deste trabalho.

Estendo meus agradecimentos a todos os colegas que colaboraram direta ou indiretamente com sugestões, diálogos e apoio nas fases de construção deste artigo.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 11 jun. 2025.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 11 jun. 2025.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação; UNESCO; PNUD, 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/pnedh.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2025.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.



CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Nome completo Emily Lohane Ferreira Pereira

Item de colaboração	Igual aos demais	Menor que os demais	Maior que os demais	Não participou deste item
Contextualização do trabalho	x			
Organização dos dados	x			
Análise formal dos dados	x			
Análise formal do texto	x			
Financiamento para desenvolvimento do trabalho	x			
Investigação e estudo	x			
Metodologia	x			
Administração de cronograma	x			
Administração de recursos	x			
Gestão do projeto	x			
Validação do projeto				x
Marketing	x			
Escrita do trabalho	x			
Participação em reuniões		x		
Revisão do trabalho	x			
Participação na construção do protótipo	x			

Nome completo Isadora Oliveira da Luz Blam

Item de colaboração	Igual aos demais	Menor que os demais	Maior que os demais	Não participou deste item
Contextualização do trabalho	x			
Organização dos dados	x			
Análise formal dos dados	x			
Análise formal do texto	x			
Financiamento para desenvolvimento do trabalho	x			
Investigação e estudo	x			
Metodologia	x			
Administração de cronograma	x			
Administração de recursos	x			
Gestão do projeto	x			
Validação do projeto	x			
Marketing	x			
Escrita do trabalho		x		
Participação em reuniões		x		
Revisão do trabalho	x			
Participação na construção do protótipo	x			



EPIC 2025

XII ENCONTRO DE PESQUISA, XVI ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E
II ENCONTRO DE ENSINO E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



Nome completo Katharine Pacheco Majer

Item de colaboração	Igual aos demais	Menor que os demais	Maior que os demais	Não participou deste item
Contextualização do trabalho	x			
Organização dos dados	x			
Análise formal dos dados	x			
Análise formal do texto	x			
Financiamento para desenvolvimento do trabalho	x			
Investigação e estudo	x			
Metodologia	x			
Administração de cronograma	x			
Administração de recursos	x			
Gestão do projeto	x			
Validação do projeto				x
Marketing	x			
Escrita do trabalho	x			
Participação em reuniões	x			
Revisão do trabalho	x			
Participação na construção do protótipo	x			

Nome completo Luisa Elena Ramos

Item de colaboração	Igual aos demais	Menor que os demais	Maior que os demais	Não participou deste item
Contextualização do trabalho	x			
Organização dos dados	x			
Análise formal dos dados	x			
Análise formal do texto	x			
Financiamento para desenvolvimento do trabalho	x			
Investigação e estudo	x			
Metodologia	x			
Administração de cronograma	x			
Administração de recursos	x			
Gestão do projeto	x			
Validação do projeto	x			
Marketing	x			
Escrita do trabalho	x			
Participação em reuniões	x			
Revisão do trabalho	x			
Participação na construção do protótipo	x			

EPIC 2025



XII ENCONTRO DE PESQUISA, XVI ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E
II ENCONTRO DE ENSINO E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA